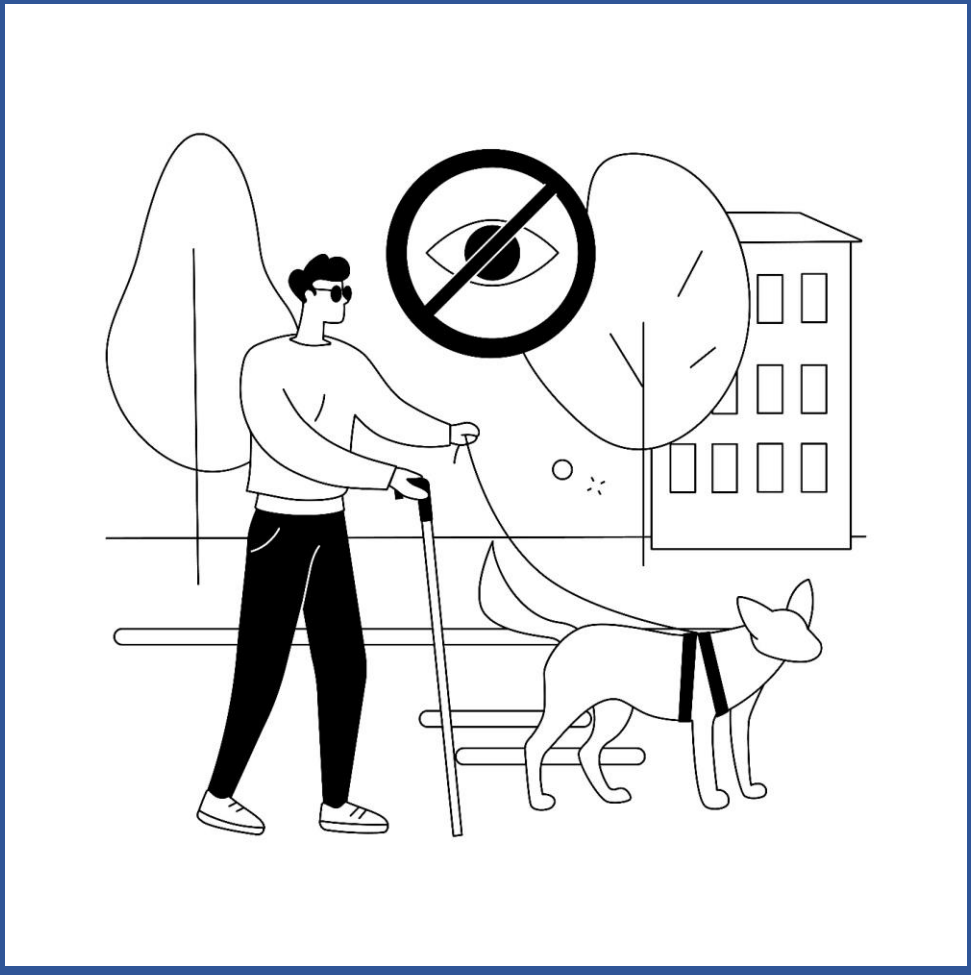
Boas Práticas com a Pessoa com Deficiência Visual



Maria Teresa dos Santos Ramalho da Cruz

Claudia Bueno Barboza de Azevedo

Ana Paula Madeira Di Beneditto

2022

Essa publicação é uma iniciativa do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - NAP/UENF voltada às pessoas que têm interesse em inclusão e educação inclusiva. A publicação chama atenção para as boas práticas com a pessoa com deficiência visual, incluindo apontamentos sobre práticas pedagógicas que podem ser aplicadas pelos professores da educação básica e superior.

Logotipos do NAP/UENF, UENF, Pró-reitoria de Extensão da UENF - PROEX, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

ISBN: 978-65-00-51673-9

Capa do livro: Desenho em preto e branco de um homem cego de óculos escuros atravessando a rua com bengala e cão-guia. Ao fundo há duas árvores e um edifício. Na parte central superior há o símbolo de cegueira ou visão prejudicada. Design by Freepik

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cruz, Maria Teresa dos Santos Ramalho da
Boas práticas com a pessoa com deficiência visual [livro eletrônico] / Maria Teresa dos Santos Ramalho da Cruz, Claudia Bueno Barboza de Azevedo, Ana Paula Madeira Di Beneditto. -- Campos dos Goytacazes, RJ : Ed. da Autora, 2022.
PDF.

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-51673-9

1. Educação inclusiva 2. Pessoas com deficiência visual - Educação 3. Prática pedagógica 4. Práticas educacionais I. Azevedo, Claudia Bueno Barboza de. II. Beneditto, Ana Paula Madeira Di. III. Título.

22-125256 CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação inclusiva 370.115

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Direito autoral registrado na Câmara Brasileira do Livro em nome das autoras:
DA-2022-025032

Apresentação das autoras

Maria Teresa dos Santos Ramalho da Cruz

Pedagoga, pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Educação de Jovens e Adultos. Professora de Braille especializada pelo Instituto Benjamin Constant - IBC. Atualmente, voluntária do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - NAP/UENF.

Claudia Bueno Barboza de Azevedo

Bióloga, pós-graduada em Educação Ambiental e especializada em produção e adaptação de material didático para pessoa com deficiência visual pelo IBC. Servidora técnica-administrativa da UENF, lotada no NAP/UENF.

Ana Paula Madeira Di Beneditto

Bióloga, Mestra e Doutora em Biociências e Biotecnologia. Pedagoga especializada em atendimento educacional especializado e neuropsicopedagogia. Professora do Laboratório de Ciências Ambientais da UENF. Bolsista de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e bolsista do programa Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

Sumário

Prefácio	4
Considerações iniciais	6
Definição de pessoa com deficiência, deficiência visual no Brasil e legislação	7
Como se referir a pessoa com deficiência visual	10
Como interagir com a pessoa com deficiência visual	11
O sistema Braille e a inclusão da pessoa com deficiência visual	18
A pessoa com deficiência visual e as tecnologias	22
Melhores práticas pedagógicas com a pessoa com deficiência visual: dicas para a educação básica e superior	23
Relato da autora Maria Teresa dos Santos Ramalho da Cruz	29
Considerações finais	30
Referências citadas no texto e links sobre o tema para consulta	31

Desenho de mãos coloridas estendidas que simbolizam diversidade, integração e inclusão.

Prefácio

O livro ‘Boas Práticas com a Pessoa com Deficiência Visual’ constitui-se uma excelente ferramenta assertiva, ideal para os dias atuais, coincidindo com demandas e iniciativas de variados setores da sociedade civil organizada. De grande valia é esta ferramenta social, que nos brinda com esclarecimentos técnicos fundamentais para o conhecimento da pessoa comum, seja ela pessoa com deficiência ou sem deficiência, de um tema de tamanha importância. As explicações são apresentadas com fluidez e clareza para os leitores. Este livro nos auxiliará para uma convivência muito mais consciente e saudável com pessoas com deficiência visual.

A partir do seu conteúdo, o livro nos adverte sobre quão diversa é a sociedade e quão desiguais ainda somos. Conhecer o mundo das pessoas com deficiência visual nos abre uma nova visão, me perdoem pelo uso da expressão, do que é a vida com inclusão verdadeira e cidadania plena, tudo com o objetivo de cumprirmos a nossa missão como cidadãos conscientes e educadores.

O esforço do grupo de trabalho do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da UENF - NAP/UENF vem ao encontro de todo esforço feito desde a sua criação, com fortalecimento e reconhecimento junto à nossa comunidade. Esta ferramenta não apenas nos dará mais segurança na realização de nossas tarefas como educadores, mas confirmará os princípios da Extensão Universitária, que costumo resumir assim: A Extensão não escolhe o quê ou a quem, mas acolhe a tudo e a todos, com carinho e grandeza. Vida longa para o NAP e vida longa para a UENF!

Prof. Olney Vieira da Motta

Pró-reitor de Extensão

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Foto da fachada frontal do NAP/UENF. O prédio é redondo, de pavimento único, na cor branca e com faixas vermelhas em volta das janelas e na marquise de entrada. Na porta de vidro e acima da marquise há logotipos do NAP/UENF, da UENF e da PROEX. Nas janelas há adesivos coloridos que formam a palavra acessibilidade, que está escrita em português, Libras e Braille. A esquerda da fachada há um poste de concreto, à direita há um poste branco de iluminação solar, e ao fundo há árvores
Autora da foto: Ana Paula M. Di Beneditto.

Considerações iniciais

Nada sobre nós sem nós. Essa frase, que é a tradução literal de *Nothing about us without us,* teve origem nos Estados Unidos no início do século XX, se tornando o lema para representar o movimento das pessoas com deficiência e de outras minorias sociais. O lema significa que toda decisão que envolve essas pessoas deve ser tomada com a participação delas.

Os avanços da medicina, dos recursos tecnológicos e da legislação vêm contribuindo significativamente com a melhoria da qualidade de vida e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e daquelas que possuem algum transtorno específico da aprendizagem. Apesar das garantias legais de acessibilidade e inclusão para o pleno exercício da cidadania e da vida cotidiana, essas pessoas ainda se deparam com barreiras. As barreiras físicas e de comunicação, por exemplo, são provavelmente de mais fácil solução, pois geralmente dependem de políticas públicas e institucionais que visem a acessibilidade arquitetônica (acesso aos ambientes físicos sem barreiras na infraestrutura) e comunicacional (diferentes formas de expressão e transmissão de informação). A barreira social, entretanto, está diretamente relacionada a mudança de comportamento das pessoas, em particular das pessoas sem deficiência. Sassaki (2009) descreve essa mudança como acessibilidade atitudinal, que está relacionada a eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

O Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - NAP/UENF quer contribuir na superação da barreira social a partir da organização da série de publicações denominada de ‘Boas Práticas’. Neste caso, trata-se da publicação ‘Boas Práticas com a Pessoa com Deficiência Visual’. Incluímos aspectos do dia-a-dia, como oferecer ajuda à pessoa cega para atravessar a rua, e aspectos do ambiente escolar e acadêmico, como a melhor forma de ministrar o conteúdo das aulas para estudantes com deficiência visual. Ao longo do texto, as pessoas com deficiência podem ser referidas como PcD apenas para simplificar a redação. Boa leitura e boas práticas!

Definição de pessoa com deficiência, deficiência visual no Brasil e legislação

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), expõe em seu art. 2 que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

De acordo com a última Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2019, a prevalência na população brasileira de pessoas com deficiência em pelo menos uma de suas funções é de 8,4%, sendo 3,4% pessoas com deficiência visual. As pessoas que têm deficiência visual são àquelas que apresentam cegueira, baixa visão, campo visual em ambos os olhos igual ou menor que 60º, ou visão monocular, ou seja, visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos. Na cegueira, a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. A baixa visão significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Dentre as pessoas com deficiência visual no Brasil, 0,4% têm essa condição de nascença, e o restante adquiriu ao longo da vida. As principais causas de deficiência visual estão associadas ao envelhecimento. Segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, o glaucoma e a catarata são as doenças que mais causam cegueira no Brasil e no mundo.

Desenho colorido de um grupo de seis pessoas conversando. Da esquerda para a direita, há uma moça de pé, um rapaz sentado na cadeira de rodas, uma moça de pé, um rapaz de pé, uma moça de pé com bengala e óculos escuros, e outra moça de pé, segurando em seu braço.
Designed by Freepik

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN ou Lei Darcy Ribeiro) e a LBI garantem a PcD o direito à educação em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida. A LDBEN visa garantir que os estudantes com deficiência tenham as mesmas condições de socialização e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências socioemocionais que os estudantes sem deficiência. A LBI indica que é papel do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, dentre outras coisas, o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena da PcD.

A Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a reserva de vagas para PcD em curso técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. O art. 3 expõe que “em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1 desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE”.

Cada estado ou município tem autonomia para legislar a respeito da reserva de vagas para PcD em suas instituições públicas de ensino superior. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a Lei nº 8.121, de 27 de setembro de 2018, prorroga pelo prazo mínimo de 10 anos a vigência do Programa de Ação Afirmativa (Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008). Esse programa é aplicável ao ingresso e permanência de estudantes, negros, indígenas e quilombolas, alunos oriundos da rede pública de ensino, pessoas com deficiência, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, desde que carentes, nos cursos de graduação. O percentual de vagas reservadas é de 5%.

Em relação ao ingresso de PcD no mercado de trabalho, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ou 'Lei de Cotas', prevê cotas para PcD em empresas (públicas, privadas ou de economia mista) com 100 ou mais empregados. O percentual de reserva de vagas depende do número total de empregados da empresa. Por exemplo, empresas que tenham entre 100 e 200 empregados devem reservar 2% das vagas a PcD, e empresas que tenham mais de 1.000 empregados precisam reservar 5% das vagas. O Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, reserva às PcD percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. O art.1, §1º, indica que ficam reservadas às PcD, no mínimo, 5% das vagas oferecidas para o provimento de cargos efetivos e para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Cada estado ou município tem autonomia para organizar a sua legislação a respeito desse tema.

A condição de PcD para ingresso na reserva de vagas tanto em instituições públicas de ensino quanto no mercado de trabalho, incluindo concursos públicos, deve ser comprovada obrigatoriamente por meio de laudo médico específico.

Desenho de mãos coloridas estendidas que simbolizam diversidade, integração e inclusão.

Como se referir a pessoa com deficiência visual

Deficiência visual é uma expressão genérica que engloba os comprometimentos visuais, desde a presença de resíduo visual aproveitável (baixa visão, visão monocular) até a completa ausência de visão (cegueira). Portanto, nem toda pessoa com deficiência visual é totalmente cega. No contexto da deficiência visual, a pessoa que não tem essa deficiência é denominada de vidente.

Nos casos mais severos em que a pessoa não enxerga nada ou tem apenas percepção de luminosidade e vultos, a mobilidade geralmente é acompanhada por uma bengala longa, cão-guia ou pessoa vidente como guia. Para a pessoa que tem baixa visão, ou seja, apresenta resíduo visual aproveitável em diversas situações, mas que não pode ser otimizado ao nível da visão típica com lentes nem cirurgias, o apoio de tecnologias assistivas como óculos e lupas geralmente proporciona boa autonomia para a mobilidade e a leitura. Há ainda a condição da pessoa surdocega, que apresenta, ao mesmo tempo, a cegueira e a surdez.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer como não se referir a pessoa com deficiência visual. Não utilize a palavra ceguinho, pois o diminutivo da palavra cego tem conotação pejorativa e denota que a pessoa não é tida como uma pessoa completa. Os termos corretos são: cego, pessoa cega, pessoa com deficiência visual (Sassaki, 2002, atualizado em 2011).

Alguns consideram os termos cego ou cega pejorativos, e há pessoas com a deficiência que pensam da mesma forma. Se souber que a pessoa com deficiência visual tem esse entendimento, não utilize esses termos. Atualmente, muitas pessoas cegas, instituições que atuam no apoio a essas pessoas e a literatura específica sobre o tema empregam os termos cego ou cega, considerando que eles apenas indicam a característica das pessoas que vivem a cegueira.

Como interagir com a pessoa com deficiência visual

Ajudar ou não ajudar? Na dúvida, pergunte! A regra de ouro para qualquer boa relação e inclusão de PcD é perguntar a ela quais são as suas necessidades na hora de pensar em algum tipo de ajuda ou medida de acessibilidade. Isso vale para todas as PcD. Nem sempre a PcD necessita de ajuda, e quando perguntamos nós deixamos que a própria pessoa indique qual o tipo de ajuda necessária naquela situação.

Todas as pessoas com deficiência visual deveriam ter a oportunidade de acesso a curso de reabilitação para o uso de bengala (e cão-guia), pois há técnicas de orientação específicas que permitem maior autonomia e segurança durante a locomoção, facilitando as atividades do cotidiano. A bengala é uma tecnologia assistiva de baixo custo e fácil aquisição, funcionando como extensão do corpo. Há cores de bengalas que correspondem ao nível de comprometimento visual da pessoa com deficiência: a bengala vermelha é utilizada por pessoa surdocega, a verde por pessoa de baixa visão, e a branca por pessoa cega.

Infelizmente, a opção do cão-guia ainda é limitada devido aos elevados custos associados. O cão-guia é um animal adestrado especialmente para acompanhar pessoas com deficiência visual em seu cotidiano. O cão passa por um treinamento que dura cerca de dois anos e começa quando ainda é filhote. A sua atuação como cão-guia dura em geral de 8 a 10 anos. As raças mais utilizadas na função de cão-guia são labrador, golden retriever e pastor alemão.

Finalmente, antes de adentrar no assunto importa desfazer alguns estereótipos. Há ideias pré-concebidas de que as pessoas com deficiência visual devem utilizar óculos escuros, ou que essas pessoas têm alguma deformidade física nos olhos. Importa saber que a utilização de óculos escuros é tão somente uma opção pessoal, e que certas doenças oculares que causam baixa visão ou cegueira não causam nenhum tipo de deformidade física nos olhos.

Foto de um homem cego de barba, óculos escuros, blusa preta e calça comprida jeans, caminhando no parque com bengala e cão-guia da raça golden retriever. Ao fundo há várias árvores.
Designed by Freepik

Foto de uma mulher cega, com bengala e sem óculos escuros, caminhando em uma calçada com piso tátil vermelho. A mulher veste gorro, casaco, calça comprida e bota, na cor marrom claro. Ao fundo é possível notar a vidraça de uma loja.
Designed by Freepik

A primeira abordagem:

- ✓ Observe e ofereça ajuda somente se perceber que a pessoa está com dificuldades ou correndo algum perigo (por exemplo: obstáculos não demarcados, tais como buracos e itens suspensos; portões abertos, obras e/ou objetos em calçadas ou no espaço de passagem).
- ✓ Evite chegar tocando na pessoa, pois ela pode não ter percebido a sua aproximação e se assustar.
- ✓ Apresente-se e pergunte se a pessoa está precisando de ajuda, e em caso afirmativo indague qual é a melhor forma de ajudar.
- ✓ Caso sua ajuda tenha sido recusada em uma dada situação, não deixe de oferecer em outras ocasiões: as pessoas não são iguais e possuem necessidades e limitações diferentes.

Foto de um homem cego de barba, óculos escuros e bengala, aguardando para atravessar a rua no piso tátil, em frente a faixa de pedestre. O homem está de perfil, parado ao lado de um poste. Ele veste blusa branca, calça marrom claro, sapato preto e carrega uma mochila cinza nas costas. Ao fundo nota-se o outro lado da rua e edifícios.
Designed by Freepik

Como guiar uma pessoa com deficiência visual:

Toda pessoa que deseja se habilitar a ser um guia deve realizar curso específico para atuar nessa área. No entanto, em situações do cotidiano podemos nos deparar com uma pessoa com deficiência visual que necessita ser guiada. Para começar, é bom saber que nunca se deve pegar na bengala ou no braço da pessoa com deficiência visual e sair puxando, e muito menos empurrá-la pelas costas para que ande à sua frente. Vamos aos procedimentos recomendados:

- ✓ Após ter oferecido ajuda e a resposta ter sido positiva, pergunte qual é a melhor forma para esta ação. A condução deve ser feita com a pessoa segurando no cotovelo ou no ombro de quem está conduzindo (guia).
- ✓ O guia estará sempre um passo à frente da pessoa com deficiência visual, facilitando a detecção de eventuais obstáculos.
- ✓ Se houver alguma restrição de saúde pública, como no caso da pandemia da COVID-19, recomenda-se guiar pelo ombro. No entanto, se o guia for bem mais alto que a pessoa guiada, será mais confortável guiar pelo cotovelo.
- ✓ Se possível, o guia deve se posicionar ao lado inverso que está segurando a bengala e encostar o seu braço na mão da pessoa a ser guiada, para que ela segure no guia.
- ✓ Durante a condução, o guia deve avisar a pessoa sobre a aproximação de obstáculos, tais como: degraus subindo, degraus descendo, meio-fio à frente, calçada quebrada, abaixar a cabeça, desviar de portão aberto ou de lixeira na calçada.
- ✓ Em escadas rolantes ou fixas, o guia deve perguntar se a pessoa prefere se apoiar no corrimão ou continuar sendo guiada.
- ✓ Caso não tenha espaço de passagem para duas pessoas ao mesmo tempo, o guia deve direcionar seu braço para as costas, de maneira que a pessoa entenda que terá que ficar atrás do guia, e que o guia passará primeiro. Se achar mais fácil, pode informar oralmente que no espaço não caberão duas pessoas ao mesmo tempo, e que a pessoa deve se posicionar atrás.

- ✓ Para indicar um assento, o guia direciona a mão da pessoa para o encosto da cadeira ou do sofá, sem manobrá-la para se sentar direto. Se o assento for em banco sem encosto, por exemplo, informe isso a pessoa e direcione a mão dela diretamente para o assento.
- ✓ O guia deve descrever o ambiente, evitando que a pessoa tenha que tocar em objetos para descobrir o que está em volta, a não ser que ela queira conferir como é a forma de determinado objeto (no caso de objetos que podem ser tocados).

Situações que podem indicar que a pessoa com deficiência visual precisa de ajuda:

- ✓ Pessoa parada de frente para a rua pode ser indicativo de que necessita de ajuda para atravessar.
- ✓ Pessoa parada em local aberto sem referências táteis no chão, como em frente a um estabelecimento comercial, condomínio ou alguma outra edificação, pode ser indicativo de que necessita de ajuda para que alguém indique o nome do estabelecimento, a numeração ou o acesso de entrada.
- ✓ Pessoa circulando dentro de uma loja ou supermercado muito grande pode ser indicativo de que está à procura de um atendente do local, de um produto específico, do banheiro ou da porta de saída.
- ✓ Dias de chuva ou imediatamente após chuva intensa é sempre indicador de necessidade de ajuda, pois poças d'água são obstáculos difíceis de serem detectados pela bengala.

Boa convivência com a pessoa com deficiência visual - em casa, no trabalho, na escola/universidade

- ✓ Avise a pessoa sempre que colocar ou alterar a posição de algum objeto próximo a ela, ou em seu espaço habitual de uso e circulação, para evitar acidentes.
- ✓ Sempre que estiver em uma conversa, avise a pessoa quando for sair ou retornar, e não a deixe falando sozinha sem saber.

- ✓ Durante a conversa, não responda a pessoa com gestos, sinalização ou expressões faciais, pois a comunicação não será efetiva.
- ✓ Avise a pessoa quando precisar atender o telefone durante a conversa.
- ✓ Evite perguntar para a pessoa se ela sabe quem está falando, pois nem todos têm a facilidade de identificar vozes, principalmente em ambientes diferentes ou quando se trata de alguém que não é próximo ou não mantém convívio regular.
- ✓ Se a pessoa interage com você regularmente, não precisa se identificar toda vez que encontrá-la.
- ✓ Ao dar orientações para a pessoa na rua ou em qualquer ambiente, procure dar coordenadas da forma mais precisa possível, por exemplo: “siga por dois quarteirões, vire à direita, e chegará ao ponto de ônibus”, “atravesse duas ruas e o destino estará à esquerda”, “caminhe por 20 m nesse corredor, e a sala estará à direita”.
- ✓ Não dê orientações visuais, por exemplo: “siga até a placa amarela e entre na casa azul”, “depois da primeira rua, você caminha até a casa verde, que tem uma árvore florida na porta”, “ande 10 m neste corredor, e localize o letreiro luminoso”.
- ✓ No caso de a pessoa estar com um acompanhante (guia) e se dirigir a você, fale diretamente com ela e não com o acompanhante.

Como agir com a pessoa com deficiência visual no restaurante:

Releia o item *Primeira abordagem*, pois as mesmas orientações iniciais são aplicadas aqui. Se o restaurante tiver práticas acessíveis e pessoal treinado para atender PcD, sua colaboração pode se encerrar por aqui. No entanto, se não for o caso, veja como prosseguir:

- ✓ Após ter oferecido ajuda e a resposta da pessoa ter sido positiva, pergunte se pode acompanhá-la a uma mesa, e se há preferência em se sentar em algum lugar específico (por exemplo: perto de janela, da porta de saída, do banheiro, do caixa de pagamento; próximo ou afastado de outras pessoas).

- ✓ Se o restaurante não tiver cardápio acessível, se ofereça para ler o cardápio, descrevendo os itens que acompanham cada refeição/prato. Você pode se antecipar e perguntar se a pessoa deseja alguma coisa em especial, ou se tem restrição alimentar, pois isso agilizará o processo de leitura do cardápio.
- ✓ Se a escolha for por refeição/prato com carne, pergunte se a pessoa deseja que a carne venha cortada, e repasse a informação ao atendente.
- ✓ Caso a escolha seja refeição, com itens servidos separadamente, nomeie todos os itens colocados sobre a mesa e localize-os com instruções direcionais (por exemplo: carne a esquerda, feijão no centro, arroz ao lado direito do feijão, salada à direita, copo com suco a frente do prato). Em geral, os talheres se localizam sempre ao lado do prato, e as colheres de servir vêm com os itens servidos separadamente. Se esse não for o caso, localize isso para a pessoa.
- ✓ Não se antecipe para servir a pessoa, e primeiro pergunte se ela gostaria de ser servida. Em caso de resposta positiva, pergunte qual a quantidade desejada de cada item, e informe a posição em que você colocou os itens no prato (detalhes abaixo).
- ✓ Caso a escolha seja prato-feito, dê as coordenadas dos itens dentro do prato. Divida mentalmente o prato em quadrantes e localize os itens com orientações direcionais (por exemplo: arroz no canto superior esquerdo, feijão à direita, carne com molho no canto inferior esquerdo e batata frita à direita).
- ✓ Caso o restaurante seja auto serviço ou restaurante universitário, em que os itens ficam expostos e a pessoa se serve ou é servida pelos atendentes, primeiro informe a pessoa sobre as opções disponíveis, e depois pergunte quais itens ela deseja e em qual quantidade. Para que a pessoa tenha referência de quantidade, indique a forma como é servido cada item (por exemplo: concha, colher de sopa, colher de arroz, pedaço medindo um palmo fechado). Depois do prato montado, dê as coordenadas dos itens dentro do prato.
- ✓ Pergunte se a pessoa precisa de ajuda para cortar carne ou outros alimentos durante a refeição, principalmente se perceber que ela está com dificuldades em manusear os talheres.

O sistema Braille e a inclusão da pessoa com deficiência visual

Histórico

O sistema Braille foi criado na França em 1825, permitindo que as pessoas cegas tivessem acesso à escrita e à leitura. O sistema leva o nome do seu criador, o francês Louis Braille, que ficou cego aos 3 anos e aos 20 anos conseguiu formar um sistema com diferentes combinações de 1 a 6 pontos em relevo, que se disseminou pelo mundo como forma oficial de escrita e leitura das pessoas cegas. Em 04 de janeiro se comemora o Dia Mundial do Braille, em homenagem ao dia de nascimento de Louis Braille.

No Brasil, o sistema Braille chegou em 1850 por meio de José Álvares de Azevedo. Ele era filho de uma família rica da cidade do Rio de Janeiro, cego de nascença, que foi enviado à França aos 10 anos para estudar na única instituição especializada no ensino de cegos do mundo – o Real Instituto dos Meninos Cegos de Paris. De volta ao Brasil aos 16 anos, ele se empenhou na difusão do sistema Braille e na luta pela criação de uma escola nos mesmos moldes daquela em que estudou na França. Ele começou a palestrar, publicar artigos sobre o tema, e ensinar outros cegos a ler e escrever, tornando-se a primeira pessoa cega a exercer a função de professor no Brasil.

O jovem professor conseguiu uma audiência com o Imperador Pedro II, que ficou impressionado com a demonstração do sistema Braille. Na ocasião, José Álvares de Azevedo apresentou ao imperador a proposta de se criar no Brasil uma escola semelhante à de Paris. Da autorização de criação à inauguração da escola passaram-se quatro anos, e no dia 17 de setembro de 1854 foi inaugurada a instituição pioneira na educação de estudantes cegos da América Latina - o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Infelizmente, José Álvares de Azevedo faleceu de tuberculose aos 20 anos, seis meses antes do ato da inauguração.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos mudou de nome e endereço algumas vezes. A partir de 26 de fevereiro de 1891, a instituição passou a se chamar Instituto Benjamin Constant - IBC, e está sediada no edifício de estilo neoclássico localizado na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro. O nome do instituto é uma homenagem a Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891), militar, político, um dos fundadores da República, professor de matemática e depois diretor do Instituto dos Meninos Cegos.

O IBC é um órgão dotado de autonomia administrativa limitada, ligado diretamente ao gabinete do ministro da Educação. Dentre as suas ações estão incluídas a formação de estudantes nos níveis básico, superior e pós-graduação, um programa de residência médica na área de oftalmologia, cursos de capacitação e extensão, e produção e distribuição de materiais especializados para instituições que atendem a pessoas com deficiência visual.

Outra instituição brasileira que se destaca na assistência prestada a pessoas cegas e de baixa visão é a Fundação Dorina Nowill para Cegos. Esta fundação, sediada na cidade de São Paulo, é uma organização sem fins lucrativos e de caráter filantrópico que há mais de 70 anos se dedica à inclusão social dessas pessoas por meio da produção e distribuição gratuita de livros em Braille, falados e digitais acessíveis. Os livros são distribuídos diretamente para o público e para escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil. Serviços especializados, tais como reabilitação, clínica de baixa visão e empregabilidade, também são oferecidos gratuitamente pela fundação para pessoas cegas, com baixa visão e suas famílias. As informações acima foram extraídas do site do IBC e da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Foto do rosto e das mãos de um homem cego, de óculos escuros e camisa marrom. O homem está fazendo a leitura tátil em livro impresso em Braille.
Designed by Freepik

Organização do sistema Braille e a língua portuguesa

O sistema Braille é um sistema de escrita e leitura tátil, em alto-relevo, utilizado por pessoas cegas e com baixa visão. O sistema é formado por seis pontos, posicionados em duas fileiras paralelas de três pontos cada, e permite até 63 variações. A leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo. Os sinais ou celas do sistema Braille são empregados conforme os preceitos da ortografia oficial, mas há normativas específicas em algumas situações. Por exemplo, as letras maiúsculas representam-se pelas minúsculas precedidas imediatamente de um sinal específico, formando um símbolo composto. No caso dos números, os algarismos de um a zero são representados sempre precedidos de um sinal específico.

A Comissão Brasileira do Braille - CBB, que é parte do Ministério da Educação - MEC, acompanha e atualiza o uso e a aplicação do sistema Braille no Brasil. Apesar do aumento de recursos de áudios transmitidos pela internet e dos textos digitais, o sistema Braille continua sendo o principal meio de alfabetização para pessoas cegas. Dentre os documentos elaborados pela CBB/MEC, se destacam os seguintes títulos: Grafia Braille para a Língua Portuguesa, Estenografia Braille para a Língua Portuguesa, Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa, Grafia Braille para Informática, Grafia Química e Física Braille para Uso no Brasil, e Manual Internacional de Musicografia Braille. Em 2019, cerca de 4 mil crianças cegas ou com baixa visão do ensino fundamental I tiveram a oportunidade de aprender o mesmo conteúdo, paralelamente ao aprendizado das demais crianças, devido a nova tecnologia que possibilita a impressão dos livros didáticos na escrita Braille e em tinta, com letra ampliada.

Foto de duas mãos fazendo leitura tátil em uma placa com o alfabeto e os números em Braille. A placa está apoiada sobre um livro impresso em Braille, e na frente do livro há um vaso de planta.
Designed by Freepik

Toda pessoa com deficiência visual sabe utilizar o sistema Braille?

Não. Segundo Torres et al. (2007), o sistema de escrita e leitura Braille não é utilizado por todas as pessoas com deficiência visual. Para utilizá-lo, é preciso que a pessoa seja alfabetizada, e mesmo que muitas pessoas atendam a esse requisito e conheçam o sistema Braille, não o utilizam por uma questão de impossibilidade. Há pessoas com deficiência visual que não desenvolveram a habilidade tátil necessária a leitura por meio do sistema Braille, e/ou perderam parte dessa habilidade. Muitas pessoas com baixa visão mantêm a capacidade de leitura de textos impressos em tinta, desde que as condições gráficas (desenho e tamanho da fonte, efeitos de contraste entre o texto e o fundo do texto) e de ambientação (luminosidade, pano de fundo utilizado para a leitura) sejam adequadas.

As pessoas com deficiência visual que mantêm a capacidade de leitura de textos impressos em tinta e que utilizam computadores (ou celulares) podem considerar mais adequado o trabalho com textos digitais. A popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs e as facilidades para edição e processamento de texto propiciadas pelas TICs fizeram com que muitas pessoas cegas também preferissem os textos digitais. As TICs são todos os recursos tecnológicos utilizados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, tais como hardwares e softwares, internet, celulares e aplicativos associados, e os mais variados recursos digitais. O trabalho de Torres e colaboradores foi publicado em 2007, e certamente agora, 15 anos depois, cada vez mais pessoas com deficiência visual fazem a opção pela leitura de textos digitais ao invés daqueles escritos em Braile.

Foto de teclado de computador adaptado para pessoas com deficiência visual. As teclas estão em Braille, mas também têm letras ampliadas e contraste, com fundo amarelo e letras pretas.
Designed by Freepik

A pessoa com deficiência visual e as tecnologias

As tecnologias assistivas facilitam as atividades cotidianas das PcD. Dentre as tecnologias assistivas mais tradicionais à disposição de pessoas com deficiência visual destacam-se: óculos bifocais e monofocais, lupas, bengala, reglete (instrumento para a escrita Braille de forma manual), soroban (instrumento de cálculo manual), régua para escrita cursiva e máquina Perkins para escrita em Braille. As tecnologias assistivas mais modernas começaram a ser desenvolvidas e disseminadas a partir do final do século XX, e incluem: calculadoras e relógios que falam, bengalas com sensor laser, etiquetas com gravação de áudio e identificador de cédulas de dinheiro e de cores.

As tecnologias assistivas mais modernas se desenvolveram junto com as TICs. As TICs se tornaram recursos valiosos para a melhoria da qualidade de vida das PcD. Atualmente, as pessoas com deficiência visual contam com os seguintes recursos de TICs: teclado em Braille e/ou com letra ampliada e contraste, softwares para ajuste de cores e tamanho de fonte (efeito lupa), softwares leitores de tela, softwares para impressão aumentada, impressora em Braille, impressora em relevo ou 3D e linha Braille (hardware que exibe dinamicamente em Braille a informação da tela quando ligado a uma porta de saída do computador).

O celular é a TIC mais disseminada e utilizada em todo mundo. O celular é objeto de uso pessoal que a maioria das pessoas mantem consigo em tempo integral. Os celulares mais modernos dispõem de recursos de acessibilidade, tais como leitores de tela integrados ao seu sistema operacional, Global Position System (GPS) para pessoa com deficiência visual e aplicativos que reconhecem imagens ou cenas e as descrevem. Infelizmente, os celulares que dispõem de toda essa tecnologia integrada ainda têm elevado custo associado, limitando a sua ampla utilização por pessoas com deficiência visual. As tecnologias, sejam elas assistivas ou TICs, são sinônimo de autonomia para a pessoa com deficiência visual, e ferramentas para ampliar o acesso ao conhecimento, mercado de trabalho, cultura e lazer, integrando plenamente essa pessoa a sociedade.

Melhores práticas pedagógicas com a pessoa com deficiência visual: dicas para a educação básica e superior

Não considere o estudante que tem deficiência visual como uma pessoa incapaz, ou que terá que ser aprovada em disciplinas ou submetida a processos avaliativos com nível de exigência diferenciado em relação as demais, pelo fato de ser uma PcD. O estudante precisa de adaptações pedagógicas que atendam a sua condição. Cabe relembrar que a LDBEN e a LBI garantem o direito à educação em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida para PcD, e que legalmente é preciso ofertar serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena da PcD. Entretanto, na legislação brasileira não há nenhum trecho que indique a obrigatoriedade de aprovação incondicional na educação básica, profissionalizante ou superior só por se tratar de PcD.

Ao longo das orientações sobre as melhores práticas pedagógicas com a pessoa com deficiência visual, é possível notar que muitas das adaptações também beneficiarão os demais estudantes, com ou sem deficiência, em todos os níveis de formação.

Entendendo a importância da descrição como adaptação pedagógica para o estudante com deficiência visual

Muitas orientações relacionadas às adaptações pedagógicas para estudantes com deficiência visual fazem referência a descrição. Quando se trata desse público, o termo apropriado é audiodescrição. A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite transformar aquilo que é visto no que é ouvido. A partir da audiodescrição, as pessoas com deficiência visual podem assistir e entender com mais facilidade aulas expositivas e aulas práticas, filmes, vídeos, programas de televisão, peças de teatro e exposições. A maior parte das pessoas cegas, por exemplo, perdeu a visão ao longo da vida, e mantém a memória visual de quando enxergavam. Dessa forma, a audiodescrição é um recurso que também ajuda no resgate dessa memória, facilitando o aprendizado de conteúdos e a ambientação em determinado local.

Apresentamos brevemente a melhor forma de realizar a audiodescrição de imagem ou objeto:

- ✓ Anuncie o tipo de imagem ou objeto a ser descrito (por exemplo: fotografia, desenho, esquematização, cálculo ou expressão matemática, mapa, gráfico, tabela, forma geométrica, peça anatômica, modelo em relevo ou 3D). Sempre que possível, opte por imagens simples, com poucos detalhes, contrastes intensos, cores vivas e contornos bem definidos, pois isso facilita a visualização de estudantes com baixa visão.
- ✓ A partir daí, defina o que é relevante (por exemplo: a paisagem, a pessoa/modelo e suas características, os pontos do gráfico mais próximos do eixo x, a forma e a função do objeto).
- ✓ Comece a descrever da esquerda para a direita e de cima para baixo, na mesma ordem natural de escrita e leitura ocidental.
- ✓ Se utilizar a lousa para escrever uma expressão matemática ou outra informação, por exemplo, pode ler em voz alta enquanto escreve.
- ✓ Informe as cores da imagem ou objeto (por exemplo: flor com cinco pétalas amarelas e estigma vermelho; pontos vermelhos no gráfico representam os menores valores; a mulher de casaco vermelho tem um livro nas mãos; o cubo tem dois lados amarelo e quatro lados vermelho).
- ✓ Descreva todos os elementos relevantes, e só depois passe para a próxima imagem ou objeto, e mantenha uma sequência lógica de informações.
- ✓ Descreva com períodos curtos, de modo objetivo.
- ✓ Comece contextualizando a imagem ou objeto, para depois chegar no ponto a ser destacado.
- ✓ No caso de objetos, sempre que possível permita a experiência tátil junto com a descrição, ou logo após.

Para saber mais sobre como fazer uma audiodescrição formal, o NAP-UENF recomenda o curso *on-line* de 40 horas, gratuito e com certificação, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em https://www.escolavirtual.gov.br/curso/320,

Primeiro contato:

- ✓ Sugira ao estudante que se posicione na primeira fila de cadeiras, ou o mais próximo possível do professor ou de quem estiver falando, de modo a ouvir e/ou gravar melhor as explicações e instruções.
- ✓ Se for estudante com baixa visão, avalie juntamente com ele qual o melhor local do espaço didático quanto à iluminação para maior eficiência e conforto visual. A claridade não deve incidir diretamente sobre os olhos, causar brilho ou gerar sombras que atrapalhem a leitura e a escrita. Evite luz lateral, luz frontal incidindo nos olhos, luz incidindo na superfície que se olha, e luz de lâmpadas que geram oscilações, como as fluorescentes. Note se há reflexos na lousa, na tela do computador ou no material de leitura e escrita. Se for possível, promova as modificações necessárias no espaço, tais como a colocação de um anteparo na janela para controlar a entrada de luz e o reflexo na lousa, a utilização de uma luminária ajustável e portátil, a inclinação da tela do computador ou a inversão da mesa, para que o estudante se sente de costas para a janela. Viseira ou boné ajuda a bloquear a luz que vem de cima.
- ✓ Faça uma autodescrição ao se apresentar, comentando sobre sua aparência, vestimenta e outras características pessoais.
- ✓ A depender da idade dos estudantes, realize uma dinâmica de autodescrição envolvendo todos da turma para incentivar a socialização.
- ✓ Descreva o espaço didático de cada situação (por exemplo: sala de aula expositiva, laboratório de aula prática, auditório, biblioteca, visitas a museus, feiras e exposições) e forneça orientações precisas: localização e disposição de mobiliário e demais objetos; presença de rampa ou degraus; posição de portas e janelas. Se o espaço didático se repetir, não precisa descrevê-lo novamente, a não ser que o estudante solicite, que alguma modificação tenha sido feita, ou que você perceba alguma dificuldade de ambientação.
- ✓ Após a descrição, incentive o estudante a explorar os espaços didáticos em que vai circular regularmente para facilitar a ambientação, segurança e autonomia de movimentação.
- ✓ Sempre se expresse verbalmente com o estudante, pois ele pode não distinguir suas feições e gestos, mesmo se for pessoa com baixa visão.

Condução das aulas e de atividades relacionadas ao conteúdo ministrado:

- ✓ Permita que o estudante grave a aula, pois esse é um recurso muito útil as pessoas com deficiência visual.
- ✓ Permita que o estudante utilize na sala de aula as tecnologias assistivas ou TICs que facilitam o seu aprendizado.
- ✓ Fale claro e pausadamente (não precisa soletrar!), introduzindo o que vai apresentar na disciplina e em cada aula, a sequência de temas e atividades e o material relacionado (cronograma, livro utilizado, capítulo ou páginas do livro, apostila, etc.).
- ✓ Entregue antecipadamente ao estudante o que será apresentado em aula, impresso (ampliado e em contraste, se necessário) ou em formato digital. Isso permite a utilização de recursos assistivos e/ou tecnológicos para ler ou ouvir o conteúdo antes da aula, entendendo melhor a explicação do professor durante a aula. Essa estratégia pedagógica é denominada sala de aula invertida, e faz parte das metodologias ativas de ensino que beneficiam todos os estudantes.
- ✓ Na preparação de slides para aulas expositivas, utilize letra bastão (maiúscula) sem serifa, tais como ARIAL e VERDANA, letra ampliada e cores contrastantes para facilitar a leitura de estudantes com baixa visão.

DICA: contraste com fundo em azul escuro e letra em branco é o mais eficiente para a leitura, e contrastes com fundo em preto alcançam diversos tipos de diagnósticos de baixa visão.

A esquerda, ilustração de tela azul escura escrita com letra branca. À direita, ilustração de tela preta escrita com letra amarela. Nas telas está escrito Núcleo de Acessibilidade Pedagógica, UENF/PROEX, apoio FAPERJ e CNPQ.

- ✓ Se utilizar a lousa branca, escreva com caneta preta, e se a lousa for escura, escreva com caneta ou giz branco. Sublinhe o texto com outra cor se precisar destacar palavras, frases ou resultado matemático, por exemplo.
- ✓ Reduza ao máximo a complexidade de informações nos slides ou na lousa, mantenha a organização do texto com bom espaçamento entre palavras e linhas, elimine elementos desnecessários e reduza a poluição visual.
- ✓ No caso da entrega de material impresso, incluindo provas, utilize letra de tamanho 24, pois atende a maioria das pessoas de baixa visão. O estudante com deficiência visual tem direito a realizar a prova impressa em Braille ou oralmente, conforme preferir e combinar antecipadamente com o professor.
- ✓ Durante as aulas expositivas, descreva as imagens e objetos, conforme instruído anteriormente.
- ✓ Durante aulas práticas ou visitas a museus, feiras e exposições, descreva os objetos conforme instruído anteriormente, e sempre esclareça antecipadamente quais objetos podem ser tocados ou não.
- ✓ Se realizar alguma atividade remota, dê preferência a plataformas de videoconferência que tenham leitores de tela. A plataforma Google Meet é gratuita e adequada para essa finalidade.
- ✓ Proporcione tempo extra ao estudante para realizar atividades programadas e provas. Se necessário, permita a conclusão das atividades e exercícios em casa, ou no contraturno. No Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, por exemplo, os candidatos com deficiência têm direito de solicitar 1 (uma) hora adicional para realizar as provas.

Foto de lousa escura e mão segurando um giz branco para escrever.
Designed by Freepik

O professor precisa estar ciente que todo estudante com deficiência que apresente laudo médico comprovando sua condição tem o direito de solicitar à instituição de ensino um mediador. Isso vale para a educação básica, profissionalizante e superior. O mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades pedagógicas, e nas limitações motoras ou da leitura. Os mediadores que atuam no espaço escolar/acadêmico são pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, tradutores-intérpretes de Libras, guias, guias-intérpretes, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. O mediador não substituirá o professor e nem realizará as atividades escolares/acadêmicas pelo estudante, mas tão somente dará suporte para atender as necessidades do estudante, conforme exemplificado acima. O mediador poderá permanecer nos espaços didáticos com o estudante e acompanhar suas avaliações presencialmente, caso seja necessário. O laudo médico também é importante para que o professor tome conhecimento do tipo de deficiência do estudante, de forma a organizar as adaptações pedagógicas necessárias.

Professor, esteja sempre atento para as necessidades pedagógicas “invisíveis” dos estudantes, ou seja, aquelas que muitas vezes não são vislumbradas de forma explícita. Muitas das adaptações pedagógicas descritas nesta publicação têm o potencial de colaborar com a educação e a transposição do conhecimento para vários estudantes, sejam pessoas com deficiência visual ou não. Todos os estudantes se beneficiam de estratégias pedagógicas com boa organização e previsibilidade.

Desenho de mãos coloridas estendidas que simbolizam diversidade, integração e inclusão.

Relato da autora Maria Teresa dos Santos Ramalho da Cruz

Fui diagnosticada com cegueira legal no ano de 1996, aos 26 anos, devido a doença degenerativa em ambos os olhos. Considerei-me cega quando não conseguia mais ler, nem com recursos ópticos (óculos, lupa, lente de aumento). A partir da minha vivência após a perda da visão, considerei oportuno incluir esse relato, pois tive que reaprender de acordo com as minhas necessidades.

Primeiramente, é preciso saber que o cego não tem o “sexto sentido”, mas apenas outros sentidos mais estimulados devido a perda da visão. Por exemplo, se o que é forte para as pessoas videntes é a visão, para as pessoas cegas é a audição e o tato. No entanto, não é necessário falar alto, gritar ou soletrar palavras, pois eu não tenho deficiência auditiva. Aliás, a maioria dos cegos ouve muito bem. Em uma conversa, pode falar “olhe” e “veja” sem medo, sem melindres! A comunicação verbal para a pessoa cega é muito importante.

Quando uma pessoa vidente chega em algum lugar novo, que nunca foi antes (salão de festa, supermercado, universidade), ela já percebe o todo e tem percepções. Para nós, pessoas cegas, é um pouco diferente. A minha bengala me ‘mostra’ tudo e todos a um passo. Minha audição me dá a noção de espaço um pouco maior. Passou disso, eu preciso voltar ao lugar e contar com a minha memória, a minha noção espacial e o hábito de estar naquele lugar. Outra coisa que ajuda bastante é a descrição rápida do ambiente em que estou, pois pela imagem mental me sinto incluída, sentindo e entendendo o lugar onde estou. Com paciência e boa vontade conseguiremos atingir a verdadeira inclusão!

Considerações finais

Gostaríamos que esta publicação fosse um incentivo a desconstrução do pensamento, da fala e de atitudes capacitistas. A palavra capacitismo vem do termo em inglês *ableism*, e significa o preconceito direcionado as PcD. Este preconceito pode se manifestar de maneira óbvia ou velada, mas também pode refletir a interpretação enviesada do significado da palavra deficiência. Segundo o dicionário da língua portuguesa Aulete Digital, a palavra deficiência tem os seguintes significados: i) insuficiência de um órgão no exercício de suas funções; ii) insuficiência de função intelectual; iii) carência, falta, insuficiência; e iv) falha, defeito. Os dois primeiros significados são definições médicas e se aplicam as PcD, mas para os demais significados pode haver mensagem subliminar de incapacidade, se forem aplicados para adjetivar pessoas.

De forma equivocada, muitas pessoas relacionam deficiência com ineficiência, subestimando ou infantilizando as PcD, e agindo como se elas não fossem capazes de cumprir tarefas. Obviamente que há limitações inerentes ao tipo de deficiência da pessoa, mas adaptações e recursos de acessibilidade podem ser organizados. Isso estimula a autonomia e a independência da PcD, e garante a inclusão.

A visão pode ser perdida ao longo da vida, devido a alguma doença ou acidente. Vale lembrar que se hoje a pessoa não tem deficiência visual, isso pode mudar com o envelhecimento. A prevalência de doenças oculares que levam ao comprometimento da resposta visual aumenta com o avanço da idade, e taxas maiores de cegueira e baixa visão são observadas com o aumento da expectativa de vida média da população mundial. A acuidade visual diminuída tem repercussões importantes na função visual e na capacidade funcional do idoso, e a perda da acuidade visual pode ou não ser restabelecida.

Transmitimos nesta publicação informação sobre o tema, mas empatia, proatividade e mudança de atitude ficarão sempre por conta de cada pessoa. Faça a sua parte!

Referências citadas no texto e links sobre o tema para consulta

Pesquisa Nacional de Saúde - PNS (2019) Informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE. 85p. Acesso aos indicadores disponível em: https://www.pns.icict.fiocruz.br/painel-de-indicadores-mobile-desktop/

Sassaki, R. K. (2002) **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), ano V, p. 6-9. Atualização da terminologia em 2011, disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios

Sassaki, R. K. (2009) Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), ano XII, p. 10-16.

Torres, E. F.; Mazzoni, A. A.; Mello, A. G. (2007) Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. Educação e Pesquisa, v.33, n.2, p. 369-385.

Instituto Benjamin Constant - IBC: https://www.gov.br/ibc/pt-br

Fundação Dorina Nowill para Cegos: http://fundacaodorina.org.br/

Biblioteca Virtual do NAP-UENF: https://ead.uenf.br/moodle/course/index.php?categoryid=203

Visão na Infância: https://www.visaonainfancia.com/

Sobre a Deficiência Visual: http://www.deficienciavisual.pt/index.html